

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP**  
 Despacho do Diretor Presidente da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar.  
 Ratificando nos termos do Artigo 6º, Inciso I, c/c Artigo 8º, da Compra Direta do Regulamento de Compras, Serviços e Obras da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, publicado no DOE do dia 01/02/2014 e de acordo com o parecer do Assessor Jurídico da FAMESP, o Processo n.º 18.140/2020 - FAMESP referente à Contratação de empresa para gestão de redes sociais Facebook; Instagram, Youtube (conteúdo de vídeo quando houver), LinkedIn e Twitter, contemplando o planejamento, criação do design e postagem adequada a cada plataforma, monitoramento de estatísticas e engajamento, 02 publicações semanais, para uso do PROJETO KAIK Nº 264 - DR-AMARJO, pelo período de 06 meses, da empresa GLAEX COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, sendo o valor mensal de R\$ 297,00, perfazendo o valor total do contrato em R\$ 1.782,00.

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

**DIRETORIA GERAL**

**AVISO**  
 Acha-se aberto no Ministério Público do Estado de São Paulo o Pregão Eletrônico nº 082/2020 - Oferta de Compra Nº 270101000020000077 - Processo nº 288/2020-DGM/MP, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com emprego de mão de obra própria e integral fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários, às suas expensas, sem qualquer exceção, em 01 (um) equipamento de transporte de passageiros, do tipo plataforma hidráulica, de 02 (dois) paradas, fabricada pela empresa Engetax, com capacidade para até 3 (três) passageiros ou 250 kg, nº de máquina PLT3C2738, instalado nas dependências do Ministério Público do Estado de São Paulo, à Rua Santos Dumont, nº 78, Sumaré, SP.  
 Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, tenham credenciado os seus representantes e que sejam Microempresas, Empresas de Pequeno ou Cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

O Edital da presente licitação encontra-se à disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br); [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br); e [www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br); e [www.e-negociospublicos.com.br](http://www.e-negociospublicos.com.br). A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br) ou [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia 24/11/2020, às 11:30 horas.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 10/11/2020  
 Comissão Julgadora de Licitações, em 09 de novembro de 2020.

**AVISO**  
 Acha-se aberto no Ministério Público do Estado de São Paulo o Pregão Eletrônico nº 073/2020 - Oferta de Compra Nº 27003300001202000016 - Processo nº 057/2020-FED, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos de copa.

Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, tenham credenciado os seus representantes, e que sejam Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

O Edital da presente licitação encontra-se à disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br); [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br); e [www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br); e [www.e-negociospublicos.com.br](http://www.e-negociospublicos.com.br). A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br) ou [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia 24/11/2020, às 11:30 horas.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 10/11/2020  
 Comissão Julgadora de Licitações, em 09 de novembro de 2020.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

Extrato de Contrato  
 Processo nº 3392/2020  
 Ata de Registro de Preços nº 046/2019  
 Contratante (Órgão Gerenciador): Defensoria Pública do Estado de São Paulo  
 Contratada (Detentora): Educálbras Treinamento e Desenvolvimento do Idioma de Línguas Ltda. - EPP - CNPJ: 09.475.334/0001-96  
 Objeto: Utilização da ARP nº 046/2019 para fornecimento de intérprete de Línguas a reunião virtual da Ouvidoria-Geral que tratou a respeito do tema "Reunião com pessoas com deficiência para identificação dos desafios no atendimento" ocorrida das 09h30 às 12h do dia 27 de outubro de 2020.  
 Valor: R\$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)  
 Nota de empenho: 2020NE00002  
 Recurso orçamentário: fonte de recurso 002.001.055; programa de trabalho 03.092.42000.5798.0000; natureza da despesa 33.90.39.99

**Concursos**

**JUSTIÇA E CIDADANIA**

**FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE**

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP, EM ATENDIMENTO À DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1004472-04.2019.8.26.0053, CONVOCA O CANDIDATO HABILITADO NO CONCURSO PÚBLICO 2014, REALIZADO PELA CETRO, A COMPARECER NO LOCAL E DATA INDICADO ABAIXO, PARA ANÚNCIO DE VAGA CONFORME EDITAL DO CARGO, DE ACORDO COM O ÍTEM 15.8 DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS 001/2014 ORDEM DE APRESENTAÇÃO:  
 LOCAL / HORÁRIO  
 CÓDIGO DO CARGO - CARGO  
 CLASSIFICAÇÃO/NOME/IRG  
 Rua Florêncio de Abreu, 848 - Térreo - Luz  
 Data: 17/11/2020 às 10:00:00h  
 197 - ENGENHEIRO CIVIL  
 1 / PEDRO ROMANO DE AGUIRRE / 288192217

**SUÁUDE**

**COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**UNIDADE: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
**CARGO: MÉDICO I**  
**EDITAL Nº 1232/2020**  
**ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E EMERGENCIAL**

A Unidade supracitada, autorizada pela Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as deliberações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 1º inciso I e Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 03/04/2020, publicado no D.O. de 04/04/2020 para a Coordenadoria de Serviços de Saúde objetivando suprir necessidades de pessoal perante a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), por meio da Portaria GAB/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), que despara da normalidade das situações cujo atendimento o serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 07 (sete) CONTRATAÇÃO(ÕES) POR TEMPO DETERMINADO - CTD, conforme especialidades, quantidade e unidades relacionadas no Anexo II.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  
 1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa - UCRB nº 02/2009, visando a complementação da força de trabalho das Unidades da Coordenadoria de Serviços de Saúde, para o atendimento à população no combate à pandemia do novo Coronavírus (2019-nCoV).  
 2 - As inscrições serão recebidas a partir das 10h do dia 18/11/2020 até às 23h59 do dia 27/11/2020, observado o horário oficial de Brasília-DF, exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição ou inscrição fora do prazo.

3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar até que perdure o período da Pandemia do novo Coronavírus (2019-nCoV), ou até o limite de 12 (doze) meses, respeitando o quantitativo estabelecido em Autorização Governamental deliberada pelo Governador do Estado de São Paulo.  
 4 - Os vencimentos iniciais e demais vantagens pecuniárias, a jornada de trabalho, número de vagas referentes aos cargos de MÉDICO I regida pela Lei Complementar nº 1.193/2013, constam do ANEXO II deste edital, conforme legislação vigente.

II - DAS ATRIBUIÇÕES  
 1 - As atribuições dos cargos estão relacionadas no ANEXO II deste edital.  
 III - DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Tendo em vista que a presente seleção tem como objetivo a formação de cadastro de profissionais de nível superior e técnico para triagem e atendimento direto ou indireto aos pacientes confirmados ou suspeitos de Coronavírus, fica vedada a participação e contratação de candidatos pertencentes ao grupo de pessoas consideradas vulneráveis frente ao novo Coronavírus (2019-nCoV), conforme segue:  
 I - Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;  
 II - Diabetes insulino-dependente;  
 III - Insuficiência renal crônica;  
 IV - Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), enfisema pulmonar, asma moderada ou grave, tuberculose ativa ou sequelas pulmonar decorrente de tuberculose;  
 V - Doenças cardíacas graves, insuficiência cardíaca e hipertensão arterial sistêmica severa;  
 VI - Imunodeprimidos, salvo aqueles acometidos com doenças autoimunes sem uso de imunossupressores.  
 VII - Obesidade mórbida com IMC igual ou superior a 40;  
 VIII - Cirrose ou insuficiência hepática;  
 IX - Gestantes ou lactantes de crianças até 1 (um) ano de idade;  
 X - Responsáveis pelo cuidado ou que coabitam com uma ou mais pessoas com confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19.

IV - DAS INSCRIÇÕES E SEUS PRÉ-REQUISITOS:  
 São requisitos básicos para inscrição:

- 1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;
- 1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, "a", da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;
- 1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, "b", da Constituição Federal) deverá comparecer, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;
- 1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.
- 1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;
- 1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;
- 1.4 - Possuir 18 anos completos;
- 1.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral;
- 1.6 - Ter boa conduta;
- 1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;
- 1.8 - Os pré-requisitos específicos para as categorias de MÉDICO I, constam no ANEXO III deste edital.

2 - No ato da inscrição, que serão realizadas, exclusivamente, pela internet, no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), o candidato deverá observar os procedimentos estabelecidos a seguir:

- a) - ler atentamente este Edital e o Formulário Eletrônico de Inscrição;
- b) - preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, indicando a especialidade e unidade para qual esta se inscrevendo e transmitir as documentações necessárias, incluindo os títulos (sistema upload) que serão objeto de seleção e classificação, pela internet;
- c) - Os documentos deverão ser anexados por meio de upload, no site da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)) no período das 10h do dia 18/11/2020 até às 23h59 do dia 27/11/2020. Para o envio dos documentos (a) candidato(a) deverá seguir os procedimentos apresentados no itens 2.1, 2.1.1 e 2.1.2 deste Capítulo.
- d) - Durante o período estabelecido para o envio dos documentos o (a) candidato (a) poderá excluir documentos já enviados ou acrescentar novos documentos, acessando o link

próprio deste Processo Seletivo Simplificado, no site da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)).

2.1 - Antes de enviar os documentos comprobatórios dos títulos, o candidato deverá:

- a) Digitalizar os originais dos documentos que enviará como comprovante de títulos e salvá-los em arquivo no formato "pdf" ou "png" ou "jpg" ou "gif" com até 500 KB de tamanho;
- a1) Os documentos que possuem frente e verso devem ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- b) Conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos;

2.2 - Verificar se a imagem está nítida, se esta completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

2.1.1 - Para anexar, por meio digital (upload) os documentos, o candidato deverá:

- a) acessar o link próprio do Processo Seletivo no site [www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br);
- b) localizar no site o link correlato a este Processo Seletivo;
- c) anexar e enviar as imagens dos documentos correspondentes para análise com a extensão "pdf" ou "png" ou "jpg" ou "gif", com até 500 KB de tamanho, sendo que:
  - d) cada documento deverá ser enviado uma única vez;
  - e) caso o candidato não consiga anexar e enviar as imagens em uma única vez, poderá fracionar os arquivos e enviar as imagens por partes, não sendo excluídos os documentos anteriormente anexados.

2.1.2 - Não serão considerados/avaliados os documentos:
 

- a) encaminhados fora da forma estipulada neste Edital;
- b) encaminhados fora do prazo estipulado neste Edital;
- c) ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido;
- d) que não atendam as normas previstas neste Edital;
- e) que não pertençam ao candidato.

2.2 - O preenchimento correto dos dados no ato da inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo admitidas alegações de erro e alterações de dados após efetivada a inscrição.

2.3 - A constatação da existência de declarações falsas, inexatas ou divergentes entre os dados informados na inscrição e documentos apresentados, em qualquer etapa regida por este Edital, determinará o cancelamento da inscrição ou o desligamento, caso já contratado, bem como a anulação de todos os atos decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, sendo assegurado o direito de recurso.

2.4 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado e a Coordenadoria de Serviços de Saúde e a Fundação Vunesp não se responsabilizam por inscrições não finalizadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados.

2.5 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento integral destas disposições e a aceitação tácita das condições do presente Processo Seletivo Simplificado, tal como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.6 - Não será cobrada taxa de inscrição para a participação neste Processo Seletivo Simplificado;

3 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente as documentações necessárias transmitidas pela internet que estejam dentro das especificações contidas no Capítulo VIII deste edital.

4 - Em conformidade com o Decreto nº 59.589, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou tranvesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de campo disponível no próprio Formulário Eletrônico de Inscrição.

5 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

6 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos definidos, inclusive cartelas funcionais;

7 - Não serão recebidas inscrições por via postal ou fax e nem fora do prazo previsto neste edital.

V - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/11/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.

2 - O candidato com deficiência deverá declarar no Formulário Eletrônico de Inscrição o tipo de deficiência, devendo indicar:
 

- 2.1 - Apresentar, no ato da contratação, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças - CID 10, citação do nome do candidato carimbado indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão;

2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior é de 24 (vinte e quatro) meses anteriores à inscrição quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 12 (doze) meses anteriores à inscrição nas demais situações.

3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no ANEXO V deste edital;

3.1 - Conforme estipulado no item "1" do Capítulo XIII deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo de incompatibilidade de saúde. Caso seja verificada incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação.

5 - O candidato que não preencher os campos do Formulário Eletrônico de Inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá esaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.

6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista especial de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do inciso II do Decreto nº 59.591, de 14/11/2013.

VI - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

1 - O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2 - Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deve no ato de inscrição do Processo Seletivo Simplificado, cumulativamente:
 

- 2.1 - declarar-se preto, pardo ou indígena;
- 2.2 - declarar, sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015; e

2.3 - manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada.

3 - Durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato preto, pardo ou indígena, que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação, deverá marcar a opção de que deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada.

3.1 - É exclusiva responsabilidade do candidato a opção e o preenchimento no Formulário Eletrônico de Inscrição que deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada.

4 - É permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada, para tanto terá seus direitos esauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas no edital do certame, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5 - A veracidade da declaração de que trata o subitem "2.1" deste Capítulo será objeto de verificação por parte da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado e, constatada a falsidade da autodeclaração, o candidato será eliminado do certame, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

5.1 - Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, que optaram por participar do processo seletivo simplificado pelo sistema de pontuação diferenciada, terão sua fentopia (aparência) verificada no momento da contratação de modo a ser confirmado a autodeclaração firmada pelo candidato no ato de inscrição;

5.1.1 - Somente os candidatos classificados no processo seletivo simplificado e que foram beneficiados pelo sistema de pontuação diferenciada terão sua fentopia (aparência) averiguada.

5.2 - Para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos será verificada a fentopia (aparência) e, caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência;

5.2.1 - Para isso, o candidato deverá levar no ato da contratação, documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

5.3 - Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, deverá exigir o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores, no momento da contratação;

5.4 - Compete à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interpostos por candidatos contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

6 - A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo será realizada no momento da contratação e considerará, presencialmente, tão somente, os aspectos fentopicos (aparência) do candidato e, caso subsistam dúvidas, o candidato deverá apresentar documento citado no subitem "5.2.1", deste Capítulo.

7 - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do processo seletivo simplificado é:

PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI

Onde:  
 PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do Processo seletivo simplificado, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, exceto os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam com pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI, entre todos os candidatos que pontuaram e que foram habilitados antes da aplicação da pontuação diferenciada.

8 - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do processo seletivo simplificado é:

NFCPPI = (1+PD)\*NSCPPI

Onde:  
 NFCPPI é a nota final na fase do processo seletivo, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do processo seletivo. Ao término das fases do processo seletivo, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

9 - A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado no edital do certame ocorrerá após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado de que trata este Capítulo.

10 - Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude da exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

11 - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12 - Ao candidato preto, pardo ou indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este Capítulo, cumulativamente com as prerrogativas que lhe são asseguradas pela Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá providências correlatas.

VII - DA ANÁLISE DOS TÍTULOS

1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise dos Títulos e Apresentação.

1.1 - A Análise dos Títulos terá caráter eliminatório e classificatório.

VIII - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS TÍTULOS

1 - Os critérios de avaliação e classificação do presente Processo Seletivo Simplificado acontecerá mediante Prova de Títulos, composta de avaliação de títulos acadêmicos e experiência profissional.

1.1 - A comprovação dos títulos declarados se dará no ato da contratação, mediante a apresentação dos documentos originais anexado pelo candidato no ato da inscrição.

1.2 - Caso o candidato não apresente os títulos declarados na inscrição, ou caso todos os títulos apresentados sejam indeferidos mediante análise pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, será considerado eliminado e a ordem de classificação seguirá conforme a lista de classificação final.

2 - Os títulos declarados relacionados a seguir serão considerados na seguinte conformidade:
 

- a) formação/cursos - serão considerados, desde que a data de conclusão tenha ocorrido até o último dia da inscrição, ou seja, até 27 de novembro de 2020.

b) experiência profissional - será considerado o tempo trabalhado e fechado até o último dia da inscrição, ou seja, até 27 de novembro de 2020.

2.1 - A pontuação dos títulos será efetuada conforme abaixo:

1 - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS PARA O CARGO DE MÉDICO I – PONTUAÇÃO MÁXIMA: 20 PONTOS.

TÍTULO: ESPECIALIZAÇÃO: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA GERAL, INFECTOLOGIA e NEUROLOGIA, serão pontuadas apenas uma única certificação.

QUANTIDADE MÁXIMA DE COMPROVAÇÕES: 1 evento PONTUAÇÃO: 5 (cinco) pontos

COMPROVANTE/DESCRIÇÃO: Certificado de conclusão de curso de pós graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360h.

TÍTULO: DEMAIS ESPECIALIZAÇÃO, serão pontuadas apenas uma única certificação.

QUANTIDADE MÁXIMA DE COMPROVAÇÕES: 1 evento PONTUAÇÃO: 3 (três) pontos

COMPROVANTE/DESCRIÇÃO: Certificado de conclusão de curso de pós graduação em nível de especialização lato sensu, com carga horária mínima de 360h.

TÍTULO: CURSO DE CAPACITAÇÃO em ACLS (Advanced Cardiovascular Life Support).

QUANTIDADE MÁXIMA DE COMPROVAÇÕES: 1 (um) certificado.

PONTUAÇÃO: 2,0 (dois) pontos.

COMPROVANTE/DESCRIÇÃO: Certificado de conclusão ou equivalente.

TÍTULO: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ESPECIALIDADE PARA QUAL CONCORRER.

PONTUAÇÃO UNITÁRIA: 1,0 (um) ponto a cada 12 meses trabalhados.

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 8,0 (oito) pontos.

COMPROVANTE/DESCRIÇÃO: Experiência profissional comprovada na especialidade para a qual concorre. Para fins de cálculo da experiência profissional será considerada a somatória de meses trabalhados não concomitante.

TÍTULO: APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, FÓRUMS, JORNADAS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS, WORKSHOP NA ESPECIALIDADE PARA QUAL CONCORRER.

QUANTIDADE MÁXIMA DE COMPROVAÇÕES: 1 (um) trabalho.

PONTUAÇÃO: 2,0 (dois) pontos.

COMPROVANTE/DESCRIÇÃO: Certificado de participação em Congressos, Conferências, Congressos, Fóruns, Jornadas, Palestras, Seminários, Simpósios, Workshop expedido em nome do candidato.

2.2 - A classificação final será o somatório dos pontos obtidos na avaliação de títulos, na escala de 1 (um) a 20 (vinte) pontos, de acordo com a tabela de pontuação.

2.3 - A soma da pontuação máxima a ser atingida pelo candidato na Prova de Títulos não poderá ser nenhuma hipótese superar a pontuação total de 20 (vinte) pontos.

2.4 - Serão considerados como comprovante de experiência profissional os seguintes documentos: Carteira de Trabalho (cópia da CTPS) ou outros documentos válidos (tais como portarias, cópia de carteira profissional, comprovantes de certidão de tempo de exercício ou declaração de tempo de serviço emitida pelo empregador com informações sobre as atividades desempenhadas).

2.5 - Para efeito de cômputo de pontuação relativa ao tempo de experiência, não será considerada mais de uma pontuação concomitante no mesmo período.

2.6 - Os documentos de certificação que forem representados por diplomas ou certificados emitidos por Instituição de Curso ou Especializações deverão ser expedidos por instituições credenciadas ou reconhecidas pelo MEC.

2.7 - Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando forem compatíveis com o exercício de atividades correspondentes ao emprego pleiteado e mediante a sua tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado e acompanhado de certidão de tempo de exercício ou declaração de tempo de serviço emitida pelo empregador com informações sobre as atividades desempenhadas.

2.8 - Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza.

2.9 - As certidões de conclusão de curso deverão especificar claramente a data de conclusão do curso.

2.10 - Não será aceito qualquer tipo de estágio curricular, bolsa de estudo (auxílio financeiro), desempenho acadêmico, prestação de serviços com voluntariado, monitoria ou participação em comissões, comitês e conselhos sem remuneração para pontuação como experiência profissional.

2.11 - Os pontos que excederem o limite de pontos estipulados nos quadros acima serão desconsiderados.

2.12 - Quando o nome do candidato for diferente do constante dos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento, divórcio).

2.13 - Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos e da experiência profissional apresentada, a respectiva pontuação do candidato será anulada.

2.14 - Para fins de pontuação da formação acadêmica, não será considerado diploma, certidão de conclusão de curso ou declaração que seja requisito para ingresso no emprego pleiteado pelo candidato.

3 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

IX - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 01 (um) ponto na avaliação dos títulos, observado o sistema de pontuação diferenciada de acordo com os parâmetros definidos no Capítulo IV, deste edital, em conformidade com o Decreto nº 63.979/2018.

2 - Decorrido o período estabelecido para recurso, especificado no Capítulo XI e respectiva publicação das decisões emanadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, a unidade publicará o Resultado Final/Classificação Final.

3 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

4 - Haverá duas listas de classificação, uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

5 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

X - DO DESEMPATE

1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pelo ordem:

1.1 - maior idade.

1.2 - Exercício a função de jurado (após 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;

1.3 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;

1.2.2 - O candidato deverá informar no ato da inscrição de ter exercido sua condição de jurado;

1.2.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental, certidão ou documento comprobatório emitido pelo Poder Judiciário, de que exerceu essa função;

1.2.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da contratação, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

1.3 - Esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

1.3.1 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental, emitida pelo site Consulta Cidadão, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, ou pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de que comprove sua inscrição;

1.3.2 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que possui inscrição Cadastro Único do Governo Federal e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da contratação, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

2 - Em caso de empate, o desempate, os candidatos empatados serão convocados pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, deste Processo Seletivo Simplificado, por meio de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)), no Portal de Concursos Públicos do Estado ([www.concursopublico.sp.gov.br](http://www.concursopublico.sp.gov.br)) e no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)) a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;

2.1 - O não comparecimento dos candidatos ao sorteio implicará na classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, não cabendo recurso quanto à classificação estabelecida.

XI - DOS RECURSOS

1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a divulgação do Resultado da Avaliação dos Títulos, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência de publicação do resultado do respectivo evento, conforme especificado em cronograma contido no ANEXO I deste edital.

2 - Para recorrer o candidato deverá utilizar somente o campo próprio para interposição de recursos, no site da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), na "Área do Candidato", no link "RECURSOS", e seguir as instruções ali contidas.

2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 02 (dois) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato, para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)), no Portal de Concursos Públicos do Estado ([www.concursopublico.sp.gov.br](http://www.concursopublico.sp.gov.br)) e no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)) o resultado da solicitação do candidato.

3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, telegrama ou outro meio que não seja o especificado em item "2" acima ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

4 - A decisão tomada pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, após a avaliação do recurso interposto pelo candidato, será considerada como decisão final, constituindo em última instância para recurso, sendo irrecorrível.

XII - DA CONVOCAÇÃO

1- A partir da edição do Resultado Final/Classificação Final, a convocação para a escolha de vagas e o período de Contratação será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)), no Portal de Concursos Públicos do Estado ([www.concursopublico.sp.gov.br](http://www.concursopublico.sp.gov.br)) e notificada por e-mail, conforme endereço informado no Formulário Eletrônico de Inscrição ou demais canais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

2 - A unidade detentora do certame não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço eletrônico não informado de forma legível, incompleto, incorreto, não atualizado pelo candidato ou decorrentes de falhas no recebimento de e-mail, quaisquer que sejam as causas.

2.1 - As alterações, atualizações ou correções do endereço eletrônico e demais dados cadastrais de endereçamento/contato, apontados no Formulário Eletrônico de Inscrição, após a publicação do Resultado Final/Classificação Final deste concurso, é de responsabilidade do candidato habilitado e deverão ser comunicadas pelo candidato à unidade detentora do certame, pelo e-mail [cs@saude.sp.gov.br](mailto:cs@saude.sp.gov.br);

2.2 - Não caberá ao candidato direito a qualquer reclamação caso não seja possível convocá-lo por falta de atualização cadastral, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados cadastrais.

3 - O envio de e-mail e a comunicação por outras formas (telegrama, cartas, etc.), quando ocorrer, constitui mera cortesia da unidade detentora do Processo Seletivo Simplificado, exceto na convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, que ocorrerá pelos meios citados no item "1" deste Capítulo.

4 - O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar na convocação para escolha de vagas e/ou no prazo estipulado para contratação, na data estabelecida pela unidade, acarretará na perda do direito à contratação, sendo convocado o subsequente na ordem da Classificação Final.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

1 - A contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde realizado por órgãos de saúde ou unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo constar se o candidato está apto a exercer as atribuições citadas no Capítulo II e elencadas no ANEXO IV deste edital.

2 - No caso de candidato estrangeiro, concedido a naturalização ou obtidos os benefícios do estatuto de igualdade, após a contratação, deverá o funcionário apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual aos brasileiros natos, com as anotações pertinentes, cabendo aos órgãos de pessoal da Administração Direta e Autárquica do Estado acompanhar os procedimentos de âmbito federal e a obtenção da naturalização pelo candidato contratado, adotando, ao final, as providências que se fizerem necessárias.

3 - O contrato será anulado pelo respectivo dirigente do órgão contratante, em caso de inexistência das declarações do contratado ou de irregularidades na documentação por ele apresentada, verificada a qualquer tempo.

4 - É vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa, com fundamento na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, ainda que para atividades diferentes, antes de decorridos 200 (duzentos) dias do término do contrato anterior.

5 - O Contrato por Tempo Determinado deverá ser celebrado no 1º dia útil subsequente à realização da anuência para escolha de vaga e o contratado deverá iniciar exercício no 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Todas as publicações (Resultado da Avaliação de Títulos/ Curricular, Resultado de Análise de Recurso interposto e Resultado Final/Classificação Final) serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ([www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)), no Portal de Concursos Públicos do Estado ([www.concursopublico.sp.gov.br](http://www.concursopublico.sp.gov.br)) e no endereço eletrônico da Fundação VUNESP ([www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br)), tendo o candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações dos editais.

2 - O prazo de validade improrrogável do presente Processo Seletivo Simplificado será de até 01 (um) ano a partir da data de publicação do Resultado Final/Classificação Final.

2.1 - O período de validade deste Processo Seletivo Simplificado não gera para a Secretaria de Estado da Saúde a obrigatoriedade de aprovar os candidatos habilitados além das vagas ofertadas no presente Edital;

2.2 - A aprovação em classificação superior ao número de vagas gera para o candidato, apenas a expectativa de direito à contratação, durante a vigência estabelecida, dependendo dos interesses e necessidade da Administração Pública.

3 - Em caso de necessidade e conveniência da Administração Pública, os candidatos remanescentes da lista geral e especial poderão ser destinados eventualmente para outras unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, inclusive em cidades diversas daquelas para as quais se inscreveram, em

vagas que venham a surgir nas mesmas além das especificadas neste edital, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, observado a ordem de classificação e respeitada a Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e desde que não existam candidatos habilitados em certames por ventura realizados nos correspondentes locais onde surgirem as aludidas vagas;

3.1 - A não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em localidade diverso daquele escolhido quando da inscrição no Processo Seletivo Simplificado não ocasionará sua exclusão da lista, nem alterará sua ordem de classificação, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local/cidade que efetivamente concorreu.

4 - Os esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos, exclusivamente, no endereço eletrônico disponível no formulário de inscrição.

5 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado não cabendo recursos quanto à decisão proferida.

ANEXO I

CRONOGRAMA PREVISTO

DATA - EVENTO

10/11/2020 – Publicação do Edital de Abertura de Inscrição, 18/11/2020 à 27/11/2020 – Período de Inscrição.

01/12/2020 – Publicação do Resultado de Avaliação dos Títulos/Curricula.

02/12/2020 à 03/12/2020 – Período de Recurso relativo à Avaliação dos Títulos/Curricula.

08/12/2020 – Resultado Final / Classificação Final Geral e Especial

ANEXO II

UNIDADE DE CONTRATAÇÕES POR UNIDADE E CARGO/ ESPECIALIDADE, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTOS

CARGO: MÉDICO I

JORNADA DE TRABALHO: 24 horas semanais.

VENCIMENTOS\*: R\$ 3.291,30 (Três mil, duzentos e noventa e um reais e trinta centavos) e vantagens pecuniárias de acordo com a unidade, acrescido de PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE MÉDICA no valor de ATÉ R\$ 4.160,70 (Quatro mil, cento e sessenta reais e sessenta centavos), conforme legislação vigente.

\*Vencimentos – No valor apresentado estão inclusos Salário Base e Gratificação Executiva, de acordo com legislação específica.

UNIDADES/VAGAS:

MÉDICO I

INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

ENFERME: AV. DR. ARNALDO Nº 165 - Bairro: Cerqueira Cesar.

Nº DE VAGAS(S): 07 (sete), sendo 06 (seis) para Ampla Concorrência e 01 (um) para Candidatos com Deficiência.

ANEXO III

PRÉ-REQUISITOS DO CARGO

MÉDICO I

- Graduação em Medicina.

- Possuir o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP;

- Possuir os demais pré-requisitos necessários, especificados em Capítulo IV deste Edital

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES

MÉDICO I

- atender a pacientes acometidos pelo novo Coronavírus (Covid-19), quando houver dependência da Unidade, conforme as diretrizes gerenciais;

- prestar assistência médica a pacientes em pronto socorro, unidade de emergência e caminhar às clínicas especializadas;

- realizar triagem clínica;

- visitar pacientes em observação clínica ou internados nas dependências da Unidade;

- realizar consultas na Unidade;

- realizar procedimentos, diagnósticos e terapêuticos de pequeno e médio porte;

- realizar procedimentos de emergência, tais como: Reanimação Cardiopulmonar, Intubação Orotraqueal, Passagem de cateter venoso central, Trocarocentese, Paracentese.

- admitir e dar alta a paciente conforme necessidade em comum acordo com o clísta e médico da especialidade afim;

- acompanhar o clísta e profissionais de áreas afins durante visita médica, fornecendo informações e participando da discussão dos casos;

- fornecer informações aos familiares;

- fornecer todas as informações com vistas a melhor assistência ao paciente com o médico regulador;

- manter os prontuários atualizados e em perfeitas condições de conservação;

- acatar determinações definidas pela direção do Hospital e/ou chefia imediata;

- realizar outras tarefas correlatas solicitadas pelos superiores.

CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAUQUI

UNIDADE: CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAUQUI

CONCURSO PÚBLICO: MÉDICO I

ESPECIALIDADE(S): CLÍNICA MÉDICA

I.E. Nº 002/2018

EDITAL Nº 065/2020

CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS

O conjunto Hospitalar do Mandauqui, da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Concurso Público, em virtude de Despesa do Governador, de 02/04/2020 publicado em 04/04/2020 e considerando o estabelecido em Edital de Abertura de Inscrição do presente certame, CONVOCA os candidatos habilitados no Concurso Público para o cargo de Médico I na Especialidade: Clínica Médica, realizado para Conjunto Hospitalar do Mandauqui, a comparecerem em data e local abaixo mencionado, a fim de manifestarem interesse pela(s) vaga(s) em caráter Emergencial que serão oferecidas(s) a Contratados por Tempo Determinado.

O candidato deverá comparecer 15 (quinze) minutos antes do horário estabelecido neste edital, munido de original e cópia do Documentos seguintes Documentos:

- Cédula de Identidade (RG);

- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

- Caso o nº do CPF conste no RG, poderá ser apresentado somente o RG;

- Cartão de inscrição no PIS/PASEP;

- Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição (1º e 2º turno, se for o caso) ou certidão de quitação eleitoral do TRE;

- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;

- Certificado de Reservista ou de Dispensa da Incorporação, para candidatos do sexo masculino;

- Certidão de naturalização, em caso de estrangeiro;

- Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone fixo/celular);

- Comprovante de escolaridade;

- Carteira do Conselho Regional de Medicina

- CRM ativo;

- Documento contendo o número da agência e conta corrente individual no Banco do Brasil. Caso não seja correntista no referido banco, poderá solicitar requerimento para abertura de conta no dia da escolha de vagas;

- Declaração de Bens: cópia da última Declaração do Imposto de Renda. Em caso de isenção, deverá preencher Declaração de Bens fornecida no dia da escolha de vagas, informando se é possuidor de bens móveis e imóveis; - Profissional ativo em órgão do Estado, Município, União ou Autarquia e Fundações;

trazer Declaração de Vínculo Empregatício, do órgão ao qual é vinculado, constando dia e horário de trabalho;

- Aposentado no serviço público, data da publicação do Diário Oficial da aposentadoria ou, no caso de INSS (emprego público), data do início da aposentadoria.

Na impossibilidade de seu comparecimento, poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

No caso do parágrafo anterior, deve ser apresentado o original do instrumento do mandato, além de cópia simples (a qual ficará retida na Unidade) e o documento de identidade original do procurador.

O candidato que não estiver presente no momento da chamada, ao chegar terá preferência sobre os demais ainda não convocados pela mesa, desde que esteja legalmente classificado e ainda haja vagas.

Antes do início dos trabalhos, a mesa que os presidir fornecerá os esclarecimentos necessários e determinará a orientação a ser seguida no seu decorrer.

ESQUEMA DE CONVOCAÇÃO

DATA: 18/11/2020

HORÁRIO: 10:00 Horas

LOCAL: Gerência de Recursos Humanos – Prédio da Gerência de Recursos Humanos – Conjunto Hospitalar do Mandauqui – São Paulo/SP

ENDEREÇO: Rua Voluntários da Pátria, 4.301 – Mandauqui

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME – R.G. – CLASSIFICAÇÃO

HERNANDO PIPRA - 43.705.215-1 SP – 1º;

VIRGINIA BRAGA CERUTTI PINTO - 130973 ES – 2º;

ALEXANDER DE OLIVEIRA - 24.732.094-8 SP – 3º;

GUSTAVO ABY AZAR SHIMADA - 43.552.324-7 SP – 4º;

ANDREASSA MONTEIRO SIZO - 4337995 PA – 5º;

MARIA REGINA BORGES MEDEIROS - 37.851.000-9 SP – 6º;

SÔNIA GASQUES - 12.870.774 SP – 7º;

CONRADO PEDROSO BALBO - MG 10.246.691 – 8º;

ERIC LUCIENES SALVADOR FEIJÃO - 27.468.042-7 SP – 9º;

EULIANA ALBINO - MG 11508419 – 10º;

DANIELA MONIQUE FERREIRA WATARI - 30.062.793-2 SP – 11º;

ELMER NAVIA ALARCON - RNE 6022078-2 – 12º;

GILBERTO MARCOS DIAS DOS REIS - 5971859 GO – 13º;

LUIZ LUIZ DA SILVA - 26.182.503-3 SP – 14º;

ANA VALÉRIA DE MELO MENDES - 60.505.345-5 SP – 15º;

MARCIA GISELLE DE BARROS MONTEIRO ARAUJO - 13.303.607-9 RJ – 16º